



Filiado à CUT e à FNU

STIU-DF

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores
nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

notícias

Dezembro/2009

NOSSAS LUTAS EM 2009

NAS EMPRESAS

CEB

Defesa do plano de saúde e do concurso público *Pág. 4*

FURNAS

Preparando-se para importantes mudanças em 2010 *Pág. 5*

ONS

Conquista do mérito coletivo por produtividade *Pág. 6*

ELETRONORTE



Data-base,
defesa de Belo
Monte, restrições ao
PCR e retorno dos
anistiados

Pág. 3

Em defesa da moralidade e ética



Presença nas
manifestações pela
cassação de Arruda
e Paulo Octávio,
envolvidos no maior
escândalo da histó-
ria política do DF

Pág. 2



Viva a Arte

Cultura e geração de emprego e
renda. *Pág. 8*

Organizando as lutas

18.º CONGRESSO DA FNU-CUT *PÁG. 7*



Foto: FNU-CUT

**ELEIÇÃO E POSSE DOS DIRIGENTES
E CONSELHEIROS FISCAIS
PARA A GESTÃO 2009/2012 *PÁG. 8***



**6.ª MARCHA NACIONAL DA CLASSE
TRABALHADORA *PÁG. 6***



FICO COM A RESPOSTA DA CRIANÇA



Neste fim de ano, época em que todos gostariam de concluir seus projetos e relatórios, traçar metas para o ano que se aproxima e voltar o olhar para um momento de confraternização no trabalho e na família, a alusão à música de Gonzaguinha não é por acaso. Entretanto, queremos especificar uma criança em especial, de onze anos, aluno de uma escola pública de Águas Lindas, totalmente esquecida pelo governo local, literalmente se decompondo, a tal ponto de ser fechada pela comunidade até que seja minimamente reformada. A pergunta que o repórter fez ao menino foi simples: "Você ainda tem esperança? Acha que tem jeito?". A resposta da criança foi pura, mas suficientemente dura e perfeitamente esclarecida: "Se o Governo parar de colocar dinheiro na meia e na cueca, acho que tem jeito sim!".

Ficamos com a resposta dessa criança, que embora dura e até amarga, nos enche de uma dupla

esperança: a de que a população está suficientemente atenta e que as novas gerações têm a necessária consciência política para identificar as verdadeiras causas do atraso, das injustiças e das desigualdades sociais.

De fato, são estarrecedoras e irrefutáveis as imagens do esquema de propinas, chantagens e corrupção que permeia os meios político e empresarial, neste caso do Distrito Federal, mas que infelizmente é prática comum em diversas instâncias de governo, seja municipal, estadual ou federal.

Desde aquela sexta-feira, 27/11, a indignação, a perplexidade e a vergonha são os sentimentos que tomam conta da população do Distrito Federal, novamente surpreendida com supostos casos de corrupção e malversação de dinheiro público. Como se não bastassem o autoritarismo, o "obreirismo" eleitoreiro e o descaso com a saúde e a educação, agora se evidencia o lado sombrio do governo Arruda, fartamente exposto, a todo o momento e em todo o País, nos veículos de comunicação.

No caso específico das atuais denúncias, é preciso ter claro que o esquema de corrupção desnudado com a operação "Caixa de Pandora" não é exclusivo do governo Arruda, mas foi montado no governo Roriz e dele herdado. Aliás, é bom lembrar que Arruda foi secretário de obras de Roriz, porém alçou voo próprio quando se lançou candidato a senador pelo PSDB em 1994, chegando a ser o líder do governo FHC. De lá para cá, a história é longa: Roriz obteve mais dois mandatos, de 1999 a 2002 e de 2003 a 2006, com margem mínima (e questionável) de votos em ambas as eleições, e depois elegeu-se senador, tendo que renunciar em 2007 por ter sido flagrado em conversa

telefônica negociando a partilha de um cheque de R\$ 2,2 milhões do empresário Nenê Constantino, dono da Gol. Enquanto isso, Arruda, tendo antes tentado eleger-se governador em 1998, reassumiu seu mandato de senador, mas teve que renunciar em 2001 por conta do episódio da violação do painel de votação eletrônico. Depois disso, elegeu-se deputado federal em 2002 (pedindo desculpas pelo erro) e, em 2007, tornou-se governador do DF.

Embora ainda estejam por vir novos fatos e desdobramentos, o certo é que há uma crise política instalada no GDF e na Câmara Legislativa, chegando também ao Tribunal de Contas do DF, cujo resultado não poderá ser outro: o afastamento de todos os envolvidos na investigação da Polícia Federal – governador, vice-governador, presidente da Câmara Legislativa, secretários de Estado, assessores, deputados distritais e o conselheiro do TC-DF. Não é possível manter em seus cargos ou mandatos aqueles que roubam o dinheiro público que deveria ser aplicado em saúde, educação, segurança e sistema de transporte coletivo. Eles não têm autoridade moral e sustentação política até que sejam concluídas as investigações e a conclusão dos processos de cassação e impeachment. É isso o que a população espera e a democracia exige.

Sindicatos e centrais sindicais, entidades do movimento popular, OAB e demais entidades que compõem o "Movimento contra a Corrupção" estão unidos para que o povo de Brasília seja respeitado e que nossa cidade possa completar seus 50 anos com a alma lavada. Cabe a nós, trabalhadores e trabalhadoras do DF, o protagonismo na defesa da moralidade na administração pública. Participe das atividades!



Plano de Carreiras e Remunerações

Dois mil e nove chegou ao fim ainda sem uma posição satisfatória sobre o futuro Plano de Carreiras e Remunerações (PCR), unificando todos os planos de carreira das empresas do Grupo Eletrobrás. A Holding providenciou várias apresentações do plano, porém somente em outubro começou a considerar com seriedade as críticas e reivindicações das entidades sindicais, chegando a afirmar que havia uma proposta que contemplava parcialmente as expectativas dos trabalhadores, mas que estava condicionada à aprovação do governo (ministérios das Minas e Energia e Planejamento, Orçamento e Gestão/DEST).

Os três grandes entraves são: as regras de transição, ainda muito precárias; a promoção por antiguidade, ponto negado pelo DEST; e, no caso específico da Eletronorte, a correção das distorções salariais como premissa.

O Sindicato continua aguardando uma definição que, ao que tudo indica, ficará para 2010.

Data-base 2009

Na campanha salarial deste ano foi necessária uma paralisação por 24 horas, como forma de pressão para que não houvesse retrocessos nos direitos e nas conquistas dos trabalhadores. A Eletrobrás pretendia que as empresas suprimissem cláusulas dos acordos específicos que fossem unificadas na pauta nacional, muitas vezes com prejuízos para uma ou outra empresa. Com forte mobilização, os trabalhadores garantiram a manutenção da maioria das condições mais favoráveis da pauta específica em relação à pauta nacional.

Nas reivindicações econômicas, a categoria conquistou reajuste total de 7,23%, sendo 1,7% de ganho real (com base no IPCA do período de 5,53%) e abono de 7,5% da remuneração mais R\$ 2 mil (inclusive com o pagamento dos reflexos das correções nos salários e benefícios e dos duodécimos de férias e 13.º retroativos a maio).

FNU-CUT e Sindinorte participaram de audiências públicas sobre AHE Belo Monte

Dirigentes da FNU-CUT e do Sindinorte acompanharam as quatro audiências públicas promovidas em setembro pelo Ibama para discutir o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) de Belo Monte. As audiências ocorreram em Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém, no Estado do Pará.

As entidades sindicais defenderam a implantação do AHE Belo Monte por se tratar de uma medida vital para o crescimento econômico do País e, em especial, do Estado do Pará. Além de aumentar a oferta de energia elétrica à sociedade, é um projeto estruturante e constitui oportunidade ímpar para resgatar o desenvolvimento



sustentável regional e promover a melhoria das condições de vida da população.

A defesa do AHE Belo Monte também ganhou destaque no Fórum Social Mundial, realizado em janeiro, na capital paraense. Dirigentes do STIU-DF estiveram presentes para apoiar as atividades programadas pela FNU-CUT e pelo Sindinorte (foto).

Anistiados: uma grande vitória do STIU-DF em 2009

Cento e setenta trabalhadores demitidos no governo Collor já começaram a ser reintegrados aos quadros da Eletronorte, e 33 aguardam deferimento de seus processos. A readmissão desses companheiros é o resultado da luta firme e incansável do Sindicato, especialmente nos últimos meses, que envolveu também dirigentes da FNU-CUT e parlamentares sensíveis à causa, entre eles Fernando Ferro (PE) e Geraldo Magela (DF), ambos do PT.

Depois de quase duas décadas, o governo federal e a Eletronor-

te finalmente reparam parte do sofrimento pelo qual passaram esses trabalhadores.



Dirigentes do STIU-DF (à esq.) em reunião com o presidente da Eletrobrás, José Antônio Muniz, dia 20/10, quando a questão dos anistiados foi tratada mais uma vez

Passivos trabalhistas

Estamos chegando ao fim do ano com expectativas positivas quanto à conclusão dos processos da Curva Tamburello (1996) e URP (1988). A Eletronorte foi condenada nas duas ações. O Sindicato espera que o bom senso prevaleça e que a empresa não utilize recursos protelatórios em prejuízo dos trabalhadores.

Em defesa do plano de saúde e do concurso público

O ano iniciou com dificuldades para os trabalhadores que precisaram utilizar o plano de saúde administrado pela Faceb. Diversas clínicas e profissionais médicos passaram a suspender os atendimentos devido à inadimplência da empresa, que não estava repassando à Fundação os recursos necessários ao pagamento dos serviços.

Diante das reclamações dos empregados, o Sindicato iniciou negociações com o diretor de Ges-

tão da CEB para que a situação se normalizasse o quanto antes. Sem nenhuma solução até o começo de abril, os trabalhadores viram-se obrigados a aprovar, em assembleia, paralisação das atividades no dia 14 de abril. Constataram também da pauta dessa mobilização o cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, garantindo-se aos eletricitistas o direito de utilização dos dias do ano até 31 de dezembro de 2009, e a apresentação do cronograma para

realização de concurso público.

Pressionada pela disposição de luta da categoria e antes que a paralisação ocorresse, a empresa se comprometeu a normalizar o atendimento do plano de saúde; reconheceu, em relação aos eletricitistas, que deveria prevalecer o ACT, e firmou o compromisso de publicar o edital do concurso público até o dia 30 de setembro. Foi, portanto, mais um movimento vitorioso dos trabalhadores da CEB.

Vender não é a solução

Também ganhou destaque no primeiro semestre deste ano a campanha contra a venda da CEB para a Cemig. "A CEB tem solução e não precisa ser vendida. Basta que o GDF e a administração da empresa, ao invés de propor soluções precipitadas e prejudiciais à população, escutem mais os trabalhadores e tomem as medidas certas para recolocá-la entre as melhores concessionárias de energia elétrica do País", afirmou o STIU-DF em nota divulgada no dia 28 de maio.

Campanha salarial 2009:

PCCS foi a grande conquista

Como sempre acontece, a campanha salarial dos empregados da CEB enfrentou mais uma vez a pouca disposição da empresa de contemplar os interesses e anseios da categoria. Para surpresa de todos, a CEB começou as negociações oferecendo apenas a metade do INPC do período a título de reajuste dos salários e benefícios, além de propor retrocesso na cláusula do plano de saúde. Porém, diante da firme posição do Sindicato e dos trabalhadores de considerar absolutamente

inaceitável essa proposta, aprovando-se inclusive o indicativo de greve, a empresa recuou e acabou apresentando uma contraproposta aceita pela maioria.

Como saldo final – e positivo – da campanha registramos a manutenção dos direitos já garantidos no ACT; o reajuste pelo INPC cheio de todas as cláusulas econômicas; o pagamento de abono no valor de R\$ 1.400,00; e, principalmente, a implementação do PCCS em março de 2010, com a garantia de reajuste mínimo de 2% para todos os trabalhadores.



FACEB

Conselho Deliberativo busca causa do déficit de 2008

Uma das principais preocupações do Conselho Deliberativo da Faceb em 2009 foi aprofundar o conhecimento acerca das causas do déficit de R\$ 32,8 milhões ocorrido em 2008. Apesar dos fortes indícios de que o resultado negativo decorreu do irresponsável aumento salarial concedido pela CEB a alguns “apaniguados” às vésperas do segundo PDV, os conselheiros avaliaram que, sem um estudo atuarial sério e isento, não há como tomar as providências que a legislação exige.

Neste sentido, o Conselho aprovou a contratação das empresas de consultoria Gama – que fez uma auditoria preliminar no Plano BD (Benefício Definido) – e Mercer, que irá apresentar o resultado final em dois meses. Após essa etapa, caberá ao Conselho Deliberativo apontar responsabilidades e buscar o justo ressarcimento ao nosso Plano de Benefícios, correspondente ao histórico desequilíbrio causado às suas reservas.

Pressão fez valer posição da CEB na questão do Banco Santos

A Faceb perdeu R\$ 8 milhões em investimentos no

falido Banco Santos. O seus diretores à época foram atuados e considerados culpados por descumprirem as normas de previdência complementar na aquisição de debêntures daquela instituição, o que causou prejuízos à Fundação. A tarefa do Conselho Deliberativo seria, então, promover a notificação dos atuados e cobrar a ressarcimento. Porém, deram certo as manobras da patrocinadora CEB: a empresa conseguiu, por meio do voto de qualidade, aprovar uma nova apuração e o seu respectivo relatório, que suspendeu a referida cobrança até que sejam julgadas, definitivamente, as ações dos atuados contra a decisão da Secretaria de Previdência Complementar. Ou seja, prevaleceram os interesses daqueles que lesaram a Faceb e os seus participantes, graças aos votos dos representantes da empresa no Conselho Deliberativo.

Eleição na Faceb em 2010

No próximo ano haverá eleições para os conselhos deliberativo e fiscal da Faceb. Será um momento privilegiado para debatermos o presente e o futuro dos planos previdenciários administrados pela Fundação, além escolhermos nossos representantes para esses importantes órgãos. Continuará, porém, a luta da categoria pela eleição de seus representantes para a Diretoria Executiva, reivindicação que vem sendo, sucessivamente, negada pela CEB e pelo GDF.

FURNAS

No próximo ano, Furnas estará iniciando diversas mudanças com a implantação do ERP (sistema de gestão corporativa), segundo informações colhidas em várias fontes, seja de gerentes da empresa ou de trabalhadores comuns que estão inseridos nesse projeto, mas todas de forma oficiosa, uma vez que a empresa, em nenhum momento, manifestou interesse em divulgar ou explicar com detalhes as mudanças que irão ocorrer a partir de 1.º de janeiro.

Algumas situações começaram a surgir por força do tempo, ou seja, chegaram no limite do possível. É o caso das férias dos trabalhadores marcadas para iniciar no mês de dezembro e previstas para encerrar em meados de janeiro. Somente no momento da confirmação das férias é que a empresa informa não ser isso permitido, pois o novo sistema, neste momento de implantação, não “contempla” essa hipótese. Com isso, criam-se “remendos” ou “saídas” para que os

trabalhadores que se programaram para tirar férias não tenham prejuízos.

Outra situação diz respeito ao sistema de controle de frequência – o ponto eletrônico conhecido como Webponto, que foi fruto de amplo debate e de difícil implantação nas áreas regionais da empresa por conta da incompreensão de algumas diretorias e que passou por dificuldades de adaptação e aceitação por parte dos trabalhadores. Agora no fim do ano, o setor de RH informa aos sindicatos e ao mesmo tempo divulga internamente aos vários órgãos da empresa, que em função do ERP, o sistema atual de controle de frequência será substituído por um novo sistema, o TIME, que irá absorver o atual – segundo o superintendente de RH, sem nenhum prejuízo aos trabalhadores – e ainda trará em seu contexto outras melhorias que não puderam ser implementadas no passado.

De forma superficial, sabemos que outros processos serão implantados, e que alguns, para serem operaciona-

lizados, necessitarão de uma “senha” específica. Até aí tudo bem. Mas, segundo informações, as “senhas” são compradas e por um valor muito alto; além disso, Furnas optou por não adquirir a quantidade necessária para todos que terão acesso ao novo sistema. Esperamos que nenhum trabalhador fique prejudicado na execução de suas atividades por não ter a senha, e que ninguém seja tratado de forma diferenciada.

Com certeza haverá outras mudanças nesse processo de implantação do ERP, ainda por nós desconhecidas e que deverão alterar substancialmente a cultura da empresa e, consequentemente, a dos trabalhadores. Porém, nenhuma mudança poderá resultar em prejuízo ou supressão de benefícios e direitos adquiridos.

O próximo ano será um período de transformação na empresa. Esperamos que seja para melhor e que a implantação de novas tecnologias não signifique a diminuição de postos de trabalho.

Mérito coletivo

O mérito coletivo (produtividade) obtido nas negociações da data-base foi o principal destaque deste ano no ONS e de agora em diante integrará os ACTs da categoria. O reconhecimento pelo esforço e empenho coletivos, como equipe integrada que trabalha pelo objetivo comum de fazer crescer e consolidar a organização, era reivindicado há muito tempo por todos.

É importante ressaltar que essa parcela do mérito não terá a subjetividade que sempre acaba privilegiando alguns. Todos os trabalhadores do ONS estão de parabéns por essa importante vitória!

Apagão não afeta credibilidade dos trabalhadores

No que diz respeito à queda no fornecimento de energia ocorrida às 22h13 do dia 10 de novembro último, muitas impropriedades foram e ainda estão sendo veiculadas por pessoas que desconhecem inteiramente a complexidade do setor elétrico brasileiro.

O sistema elétrico brasileiro é motivo de orgulho para os profissionais do setor, e temos a convicção de que o é também para toda a população brasileira. Foi construído dentro de rígidos padrões que obedecem a critérios rigorosos de qualidade e eficiência, sendo elogiado mundialmente.

É importante ressaltar que os trabalhadores eletricitários construíram e operam um dos melhores e mais confiáveis sistemas elétricos

do mundo. Um sistema complexo, eficiente e robusto, usado como paradigma por países do Primeiro Mundo, que por essas razões tentam imitá-lo.

Por essa razão, as opiniões distorcidas não afetam a credibilidade dos profissionais do ONS – técnicos e especialistas altamente qualificados e respeitados internacionalmente. Todos têm consciência de que operam o sistema elétrico do modo mais confiável e otimizado possível, e diante de ocorrências imprevisíveis dessa magnitude, se esforçam ao máximo para que o restabelecimento da energia elétrica se dê no menor prazo possível, evitando com isso transtornos à população. Todos estão de parabéns pelo brilhante desempenho!

6.ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora



No último dia 11 de novembro, as centrais CUT, Força Sindical, CGTB, NCST e UGT promoveram em Brasília a 6.ª Marcha da Classe Trabalhadora. Neste ano, as principais bandeiras das centrais foram a redução da jornada de trabalho para 40 horas, valorização do salário mínimo com a aprovação do PL 01/07, ratificação das convenções da OIT 151 (negociação coletiva no serviço público) e 158 (contra a demissão imotivada) e retirada dos projetos n.º 4.302/98 e 4.330/04, que tratam da terceirização e consequente precarização do trabalho.

O STIU-DF esteve presente defendendo, além das bandeiras das centrais, uma reivindicação importante da categoria eletricitária: a volta da aposentadoria especial.



Sindicato acompanhou debates no Congresso Nacional

Durante todo o ano de 2009, ganhou destaque no Congresso Nacional o debate sobre o fim do fator previdenciário. Trata-se da fórmula usada para o cálculo das aposentadorias por tempo de serviço do INSS que ajusta o valor do benefício do trabalhador à expectativa de vida no momento da solicitação. Com a aplicação do fator previdenciário, criado em 1999, quem se aposenta aos 55 anos, por exemplo, receberá um valor mensal inferior a quem requerer o benefício com 60 anos, pois a fórmula presume que o primeiro receberá a aposentadoria por um período de tempo mais longo.

Uma das propostas em tramitação é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). Projeto de lei de sua autoria, aprovado no Senado, acaba com o fator previdenciário e propõe a volta do sistema antigo de cálculo de benefícios – em que somente as últimas 36 contribuições da vida do trabalhador são consideradas. O PL já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e aguarda para ser votado pelo plenário da Casa.

Fórmula 85/95 – O senador Paulo Paim admite que provavelmente seu texto será vetado pelo governo e diz que está aberto à aprovação do projeto na forma de um substitutivo que circula na Câmara, cujo relator é o deputado federal Pepe Vargas (PT-RS). O substitutivo de Vargas também define o fim do fator, mas estabelece uma vinculação que evita que os trabalhadores possam se aposentar muito cedo, apresentando a chamada fórmula 85/95, que tem o apoio do governo.

Pelo sistema, entre idade e tempo de contribuição, um homem teria que somar 95 "pontos" para poder se aposentar. O sistema é flexível, permitindo que o contribuinte tenha 40 anos de contribuição e 55 anos de idade ao se aposentar; também valeria a conta de 60 anos de idade e 35 de contribuição, por exemplo. Para as mulheres, vale a mesma regra, sendo a soma necessária 85.

O substitutivo adota uma regra para o cálculo de benefícios mais próxima da praticada atualmente. O texto define que o cálculo levará em conta toda a vida laboral do trabalhador, eliminando 30% das piores contribuições, em vez de 20% atuais. Desta forma, há chance de que o valor do benefício cresça.

Entenda as possíveis mudanças na Previdência Social

COMO ESTÁ

Requisição de aposentadoria – O tempo de contribuição é de 35 anos para homens e 30 anos para mulheres. Não há limite de idade, mas o fator previdenciário reduz os benefícios conforme a expectativa de vida da pessoa ao se aposentar. Assim, alguém que se aposentar aos 53 anos terá benefício inferior ao de alguém que se aposentar aos 60, por exemplo.

PROPOSTA 1

Projeto de Lei nº 3.299, do senador Paulo Paim (PT-RS)

Requisição de aposentadoria – Cai o fator previdenciário, que reduz a aposentadoria de quem se aposenta mais cedo. O tempo de contribuição do trabalhador continua a ser o mesmo: 35 anos para homens e 30 para mulheres. A idade de aposentadoria não influencia no valor do benefício.

PROPOSTA 2

Substitutivo ao projeto de Paim na Câmara, com relatoria do deputado Pepe Vargas (PT-RS)

Requisição de aposentadoria – Estabelece o sistema de 85/95, uma alternativa ao fator previdenciário. Pela conta, o importante é que tempo de contribuição e idade somem 95 (homens) e 85 (mulheres). Para se chegar ao número, por exemplo, um homem pode ter 60 anos de idade e 35 de contribuição.

18.º Congresso Nacional dos Urbanitários

O evento, promovido pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) em Brasília, no período de 1.º a 5 de junho, tratou da conjuntura sindical e reorganização do ramo urbanitário, além de eleger a nova diretoria da entidade. Foi também aprovada a criação da Confederação Nacional dos Urbanitários.

OFICINAS

O STIU-DF participou das oficinas promovidas pela FNU-CUT nos dias 8, 9 e 10 de dezembro, na sede

da entidade (RJ), para debate dos seguintes assuntos: comunicação, terceirização, gênero, juventude e LGBT. Foi também realizado o seminário *Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário e Políticas de Vigilância em Saúde do Trabalhador no Ramo Urbanitário*.

Para cada tema abordado foram criados ou reestruturados os respectivos coletivos nacionais. O STIU-DF, além de indicar um dirigente sindical por coletivo, foi bastante



elogiado pelas demais entidades sindicais presentes em razão do trabalho de renovação e formação de sua diretoria.

Diretoria e conselho fiscal para 2009/2012 foram eleitos em maio

Em um processo democrático e participativo, como é a marca da nossa categoria, os dirigentes e conselheiros fiscais do STIU-DF para o triênio 2009/2012 foram eleitos nos dias 13 e 14 de maio. A chapa 1 – Avançar na Luta – obteve 85% dos votos válidos.



A renovação e a significativa presença feminina foram as principais marcas desta chapa.

DELEGADOS SINDICAIS

No dia 29 de setembro, foi a vez de serem eleitos os delegados sindicais nas bases da CEB, Eletronorte, Furnas (Brasília e Serra da Mesa) e ONS, além do representante dos aposentados.

VIVA A ARTE

Projeto levou aos trabalhadores 35 espetáculos este ano, criou emprego e distribuiu renda



Com um saldo bastante positivo, o Projeto Viva a Arte encerra mais um ano em cartaz. Foram 35 apresentações para um público médio de 6 mil pessoas, contando com as apresentações externas para as comunidades com pouco acesso à arte e à cultura, que ocorreram na Vila Telebrasil, na Vila Basevi, na Casa do Cantador da Ceilândia e no Teatro da Praça de Taguatinga. Desde sua primeira edição – 2007 –, o Viva a Arte vem cumprindo integralmente suas metas, com uma equipe competente de oito profissionais distribuídos nas áreas de coordenação, administração, produção executiva, divulgação, arte visual, sonorização e iluminação. Ao longo desses três anos, o Viva a Arte gerou renda para 443

pessoas, entre artistas, técnicos e profissionais de outras áreas envolvidas na produção dos espetáculos. Com a consolidação alcançada em 2009, torna-se viável a continuidade do projeto nos próximos anos.

PARA 2010

Campanha de filiação

O STIU-DF prepara uma campanha a ser iniciada em fevereiro, com o objetivo de trazer para o Sindicato os companheiros e companheiras que ainda não se filiaram. A campanha pretende enfatizar a importância da entidade sindical no dia a dia dos trabalhadores, mostrando que sua atuação não é restrita às campanhas salariais ou demandas jurídicas.

Formação

Em março deverão ter início os cursos de formação política e sindical para dirigentes e delegados sindicais do STIU-DF. É uma iniciativa importante e necessária nesses tempos de grandes mudanças vividas no mundo do trabalho e no cenário político e econômico local, nacional e mundial.